

## MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES SEGUNDA CÂMARA

Processo nº.: 10580.002541/96-68

Recurso nº. : 14.280

Matéria : IRPF - EXS.: 1990 a 1993

Recorrente : JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA COELHO

Recorrida : DRJ em SALVADOR - BA Sessão de : 08 DE NOVEMBRO DE 2000

Acórdão nº. : 102-44.519

IRPF - RERRATIFICAÇÃO DE JULGADO - Cabível a retificação do acórdão, quando constatada a ocorrência de lapso na apreciação do

recurso.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA COELHO.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, RERRATIFICAR o Acórdão Nº. 102-43.275 de 20/08/98, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ANTONIO DÉ FREITAS DUTRA

**PRESIDENTE** 

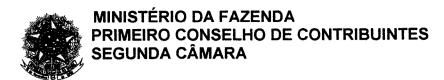
MARIA GORETTI AZEVEDO ALVES DOS SANTOS

**RELATORA** 

FORMALIZADO EM:

05 FEV 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros JOSÉ CLÓVIS ALVES, VALMIR SANDRI, MÁRIO RODRIGUES MORENO, LEONARDO MUSSI DA SILVA e BERNARDO AUGUSTO DUQUE BACELAR (SUPLENTE CONVOCADO). Ausente, justificadamente, o Conselheiro DANIEL SAHAGOFF.



Processo nº.: 10580.002541/96-68

Acórdão nº.: 102-44.519 Recurso nº.: 14.280

Recorrente : JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA COELHO

## RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração apresentado pela Delegacia da Receita Federal em Salvador às fls. 55/56; in verbis:

"De posse dos autos do presente processo, onde é solicitada a elaboração de minuta de cálculo da exigência tributária, objeto do Acórdão do 1°. C.C. (despacho anexo à fls. 54), verifico que, por compreensivo equívoco de digitação, o dispositivo legal indicado para aplicação — IN46/98 — não se aplica ao caso em análise, bem como o valor de 259,39 UFIR corresponde à base de cálculo da exigência (multa por atraso na entrega da declaração) e não o valor da exigência. Assim, peço, vênia, maiores informações do 1°. C.C., com vistas ao cumprimento da solicitação retro aludida."

Remessa dos autos ao Egrégio Primeiro Conselho de Contribuintes às fls. 57.

Despacho do presidente n º 102-218/00 às fls. 59, determinando a remessa dos autos à esta Conselheira para apreciação dos presentes embargos declaratórios.

É o Relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES SEGUNDA CÂMARA

Processo no.: 10580.002541/96-68

Acórdão nº.: 102-44.519

VOTO

Conselheira MARIA GORETTI AZEVEDO ALVES DOS SANTOS, Relatora

Os embargos são tempestivos, dele tomo conhecimento.

Retorna o presente processo para exame, em razão do despacho do Presidente nº 102-218/00, para apreciação da solicitação de esclarecimentos de fls. 56.

Cumpre esclarecer que os autos decorrem de acréscimo patrimonial não justificado, e o recorrente não obteve êxito na juntada do recibo anexado aos autos, pois o mesmo não preenchia os requisitos previsto em lei.

Este Colegiado, conforme mencionado no acórdão no 102-43.275 de 26/02/99, páginas 49/52, determinou que fosse mantida a multa por atraso na entrega da declaração no valor de 259,39 UFIR'S e julgou incorreta a apuração do calculo mensal do tributo sobre o acréscimo patrimonial, conforme comprovado pela análise dos autos.

Com o ingresso dos presentes embargos de declaração, verificou-se que ocorreu um erro material no julgamento, mencionando-se equivocadamente a IN 46/98, ao invés da IN 46/97cujo teor fora anexado às fls. 55, constatando-se não tratar-se da matéria em tela.

Isto posto, voto no sentido de que seja rerratificado o acórdão 102-43.275 de 20/08/98, mantendo o valor apurado pelo julgador de 1ª Instância no que tange a exigência do imposto cobrado pelo atraso na entrega da declaração no valor apurado às fis. 35.

Sala das Sessões - DF, em 08 de novembro de 2000.

VEDO ALVES DOS SANTOS

3